

Prosseguimos no intento de firmar um espaço de debate entre pesquisadores dedicados ao estudo da nação e dos variados problemas que lhe são inerentes.

Na presente edição de “Tensões Mundiais”, inauguramos uma seção de entrevistas trazendo um dos mais renomados estudiosos da etnicidade e da construção das nacionalidades, John Breuilly, da *London School of Economics*. O sólido domínio da literatura especializada permite a esse experiente historiador inglês desenhar um rico panorama das questões que marcam este campo temático, em particular no mundo europeu. Ao tentar descortinar novos caminhos e possibilidades de estudos, Breuilly destaca a necessidade de maior atenção às experiências nacionais em curso na África, nas Américas e na Ásia.

Em “Significados do nacionalismo e do internacionalismo”, iniciamos a exposição sistemática das reflexões teóricas desenvolvidas no âmbito do **Observatório das Nacionalidades**. Nosso artigo discute os sentidos que os termos nacionalismo e internacionalismo adquiriram nos últimos séculos e apresenta os traços específicos da comunidade nacional, procurando distingui-la das formas de organização social que lhe precederam. Acreditamos ter alcance limitado o esforço para encontrar os fundamentos dessa comunidade a partir do exame de casos históricos particulares, mesmo quando desenvolvido em perspectiva comparada. Portanto, fixamos a atenção nos processos mundiais que, a nosso ver, conduzem à emergência e afirmação das comunidades nacionais. As nações, sustentamos, resultam essencialmente da integração mundial do sistema produtivo e da ampla disseminação de normas e valores que a acompanha. Assim, nos afastamos da idéia bem difundida segundo a qual a “globalização” estaria tornando os Estados nacionais obsoletos.

Diversos autores, com destaque para Benedict Anderson, observaram como a religiosidade está presente na construção das nacionalidades. O mesmo se pode dizer quanto à integração global: a universalização de valores espirituais é um dos aspectos mais notórios da “civilização moderna”, que, no plano político, exprime-se através do Estado-nação. Em um instigante artigo, “Missionamento no mundo pós-colonial: uma visão a partir do Brasil e alhures”, o antropólogo Otávio Velho mostra as vicissitudes mais recentes enfrentadas pelos que se empenham na “conversão” de almas além-fronteiras nacionais. Otávio assegura que o reconhecimento da categoria “missão” pode evitar alguns dos erros comuns na apreciação dos fenômenos históricos e do panorama atual da atividade religiosa. A maioria dos cientistas sociais insiste em permanecer ao largo dos estudos sobre a religião. Esse seria um equívoco fatal para os que almejam compreender a comunidade que estrutura a vida moderna.

A persistência e o agravamento relativo da pobreza, em um mundo que se pretende dirigido pelo avanço do conhecimento científico e pelo reconhecimento da igualdade de direitos, constituem um dos mais difíceis problemas da construção das unidades nacionais. Na presente edição, dois artigos exploram essa temática: o de Patrick Bond, economista político irlandês radicado na África do Sul, e o de Pierre Salama, intelectual francês voltado para o que até bem pouco tempo se chamava “Terceiro Mundo”.

Patrick sustenta que a pobreza na África não se deve a guerras tribais, endemias, corrupção ou ausência de valores “modernos”, mas à espoliação de suas riquezas pelo sistema capitalista mundial. Revela ainda como burocratas, políticos, organizações não-governamentais, meios de comunicação de massa e instituições ditas multilaterais, notoriamente o Fundo

Monetário Internacional e o Banco Mundial, contribuem para enevoar o entendimento do processo gerador da pobreza nos países africanos.

Por sua vez, Pierre Salama põe em relevo o quadro social de países latino-americanos e asiáticos oferecendo um repertório de dados valiosos acerca do crescimento, da distribuição de renda e das desigualdades sociais. O autor observa que as apregoadas melhorias qualitativas na desnutrição infantil, na expectativa de vida e no nível de escolaridade estão longe de “aliviar” a pobreza na América Latina. Sua redução significativa passa, sobretudo, pela capacidade do Estado nacional empreender políticas públicas para os grandes contingentes populacionais.

As nações são vistas pelo senso comum como resultado de árduas e heróicas lutas de comunidades contra seus opressores. Nada mais contundente para desfazer essa percepção limitada do que conhecer as atividades da organização que tipifica a idéia dominante de “internacionalismo”. Descrevendo as “operações de paz” da ONU após a Guerra Fria, Raquel Melo ilustra como uma organização internacional pretende orientar a construção de Estados nacionais. Seu relato enfatiza as pretensões da burocracia da ONU no que se refere à garantia de direitos humanos, à polícia civil e à assistência eleitoral.

Não há como negar nosso contentamento ao propiciar aos leitores esse conjunto de textos preñhes de grande significação para o estudo das nacionalidades. Tal satisfação fica ainda maior quando logramos ampliar o círculo de leitores de nossa revista com a edição bilíngüe.

Os Editores